

Estacionamento. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) autorizou a cessão de um terreno à Codesp para a implantação de um estacionamento de caminhões no Porto de Santos. Saiba mais na coluna Mercado Regional, na página C-4.

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Codesp retoma dragagem do canal do Porto nesta manhã

Interrompido em fevereiro, serviço será reiniciado hoje pelo Trecho 3. Draga chegou ontem ao cais santista

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

Mais de quatro meses após sua interrupção, a dragagem de manutenção do Porto de Santos, no trecho entre a Ponta da Praia e a Alemoa, será retomada hoje. O serviço vai ser feito pela draga *Geopotes 15*, que chegou ao complexo santista ontem.

Os trabalhos vão começar nesta manhã na região do Trecho 3 do canal do Porto, que vai da Torre Grande até o Armazém 6. O objetivo é recuperar as profundidades perdidas por conta da interrupção do serviço. A expectativa é de que os pontos mais críticos sejam dragados em até 30 dias.

A chegada da embarcação e a retomada da obra foi informada ontem, durante reunião do Conselho de Autoridade Portuária (CAP).

A *Geopotes 15* precisou ser deslocada do Rio de Janeiro às pressas para retomar os trabalhos no Porto, após um aditivo ao contrato firmado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) e a Van Oord Operações Marítimas.

A firma passou a ser responsável pela dragagem de toda a extensão do canal, da Barra de Santos até a Alemoa. Mas para isso, ao invés de serem retirados 1,5 milhão de metros cúbicos de sedimentos apenas no Trecho 1 do canal (originalmente, a empresa foi contratada para dragar apenas essa área, que vai da barra até a Ponta da Praia), serão dragados 940 mil metros cúbicos de sedimentos nos quatro trechos da via.

De acordo com o diretor de Engenharia da Codesp, Antonio de Pádua Andrade, que anun-



A *Geopotes 15* passando em frente à Ponta da Praia: a draga, da holandesa Van Oord, foi retirada do Rio de Janeiro para atuar na região

ciou a retomada dos trabalhos durante sua participação na reunião do CAP ontem, como a draga já foi liberada para os trabalhos pela Capitania dos Portos de São Paulo, seus serviços podem começar hoje, às 8 horas.

"Toda a equipe da Van Oord está mobilizada e em Santos. Durante a tarde (de ontem), foi feito o planejamento final, que é o lançamento dos dados da batimetria (exame que apura a profundidade do canal) no computador da draga e também seu posicionamento. Agora, a obra

vai seguir de forma ininterrupta", destacou o diretor.

Segundo o executivo, a empresa de dragagem e a Autoridade Portuária trabalham com a estimativa de que os trabalhos nos pontos mais críticos, com maior assoreamento (deposição de sedimentos), sejam concluídos em 30 dias. "Eventualmente, pode acontecer algum problema, se quebrar uma peça, por exemplo. Nesse caso, pode levar uns 45 dias".

Nesses pontos críticos, a Capitania restringiu as condições

de navegação, reduzindo o calado operacional (profundidade que pode ser atingida pelo navio). A limitação atingiu o canal de navegação (da Torre Grande até a Alemoa), as bacias de evolução (na Alemoa, em frente à Brasil Terminal Portuária) e três berços de atracação (no Macuco e na Ponta da Praia), causando prejuízos às instalações localizadas nessas regiões.

LICITAÇÃO

Hoje, em reunião extraordinária,

o Conselho de Administração (Consad) da Codesp vai avaliar a abertura de uma licitação para a contratação da dragagem do canal de navegação do Porto de Santos por um ano.

A Docas estima que o investimento necessário para a manutenção das profundidades da região entre a Barra de Santos e a Alemoa gire em torno de R\$ 116 milhões. A estatal trabalha com a possibilidade de concluir o processo licitatório em três meses.

"Esse contrato é para dragar

os quatro trechos por um ano, com cláusula rescisória, se entrar o contrato da SEP (Secretaria de Portos). Se tudo correr bem, em 90 dias concluímos. Esse nosso (atual) contrato vai até outubro. Olha a confusão que vai ser se não sair o da SEP", afirmou Pádua.

O executivo se refere à assinatura da ordem de serviço para o início dos trabalhos da EEL Infraestruturas, empresa que venceu a licitação promovida pela extinta SEP para dragar o Porto. Apesar do contrato, no valor de R\$ 369 milhões, já estar assinado, não há previsão para o começo da obra por conta de indefinições na escolha de um responsável pela coordenação dos portos brasileiros no Governo Federal.

EQÍVOCOS ADMINISTRATIVOS

Durante a reunião do CAP, ontem, os erros cometidos pela Codesp que causaram a interrupção da dragagem do Porto de Santos foram comentados. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos, a solução dada para o problema também é questionável.

"Ficou clara a falha da Codesp na história da dragagem e eu comuniquei o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União e a Advocacia Geral da União (AGU), porque o interesse público não pode se sobrepor a lei. O aditamento da dragagem foi feito sem parecer da AGU e eu estou questionando isso", destacou o sindicalista.

Pádua destacou a competência e o comprometimento da sua equipe da Diretoria de Engenharia na solução do problema. "Cada um tem a sua forma de gestão. Eu tenho a minha, de trabalhar unido com a minha equipe, que é muito comprometida e eu me esforço para mantê-los motivados. Nós nos reunimos e debatemos exaustivamente todos os assuntos antes de a gente tomar decisões".

União paga mais R\$ 14,3 mi à Docas

A Codesp recebeu ontem, do Governo Federal, R\$ 14,3 milhões referentes ao pagamento de faturas das obras de alinhamento do Cais de Outei-

rinhos, na Margem Direita do Porto de Santos. O montante será somado aos R\$ 40 milhões já transferidos pela União no mês passado.

Originalmente, a Codesp havia pago contas do Governo com obras do Porto no valor de R\$ 83,9 milhões. Com esses repasses, ainda

faltam R\$ 29,6 milhões.

Toda essa quantia deveria ter sido quitada pela extinta Secretaria de Portos (SEP) desde o último ano, mas, devido a

restrições orçamentárias, a conta foi assumida provisoriamente pela Docas Agora, segundo o diretor de Engenharia da Autoridade Portuária, Antonio de Pádua Andrade, outros R\$ 20 milhões deverão ser transferidos para os cofres da Codesp nos próximos meses.

Pádua conseguiu a liberação

dos recursos com a ajuda do ministro da Integração Nacional (ex-dos Portos), Helder Barbalho, do assessor do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Luiz Otávio Campos, e do presidente do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de Santos, Rossano Reolon,